

Copom aumenta Selic pela segunda vez consecutiva

Confirmando a sinalização realizada em sua reunião de março/21, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, aumentou, pela segunda vez consecutiva, a taxa Selic em 0,75 ponto. Assim, a referida taxa que era 2,75% a.a, passou a ser 3,50% a.a, o que corresponde ao maior patamar desde março/20. Vale lembrar que em março/21 o Copom aumentou a Selic pela primeira vez em quase seis anos.



Fonte: Banco Central do Brasil.

O novo aumento da Selic acontece em meio ao crescimento das expectativas para a inflação, que tem se mostrado mais persistente do que o esperado, e a perda de dinamismo da economia. Conforme a pesquisa Focus, realizada semanalmente pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerrará 2021 em 5,04%, ou seja, próximo ao teto (5,25%) da meta inflacionária. Há quatro semanas consecutivas este levantamento vêm registrando elevação nas expectativas para o referido indicador. Na primeira pesquisa realizada em 2021, a projeção era de alta de 3,34%. Diante deste cenário, as estimativas para a Selic também sinalizam novas altas, e demonstram que ela poderá encerrar o ano em 5,50%.

Evolução da Expectativa da Taxa SELIC (% a.a) para 2021
Pesquisa Focus - Banco Central



Fonte: Banco Central do Brasil - Boletim Focus.

O IPCA/IBGE, indicador oficial das metas para inflação no País, em março aumentou 0,93%, o que correspondeu a maior variação para este mês desde 2015. As elevações nos preços dos combustíveis (11,23%) e do gás de botijão (4,98%) contribuíram para esse resultado. No primeiro trimestre de 2021 o referido indicador acumulou alta de 2,05% e, nos últimos 12 meses, encerrados em março, a variação foi de 6,10%, portanto, bem acima do teto da meta para este ano.

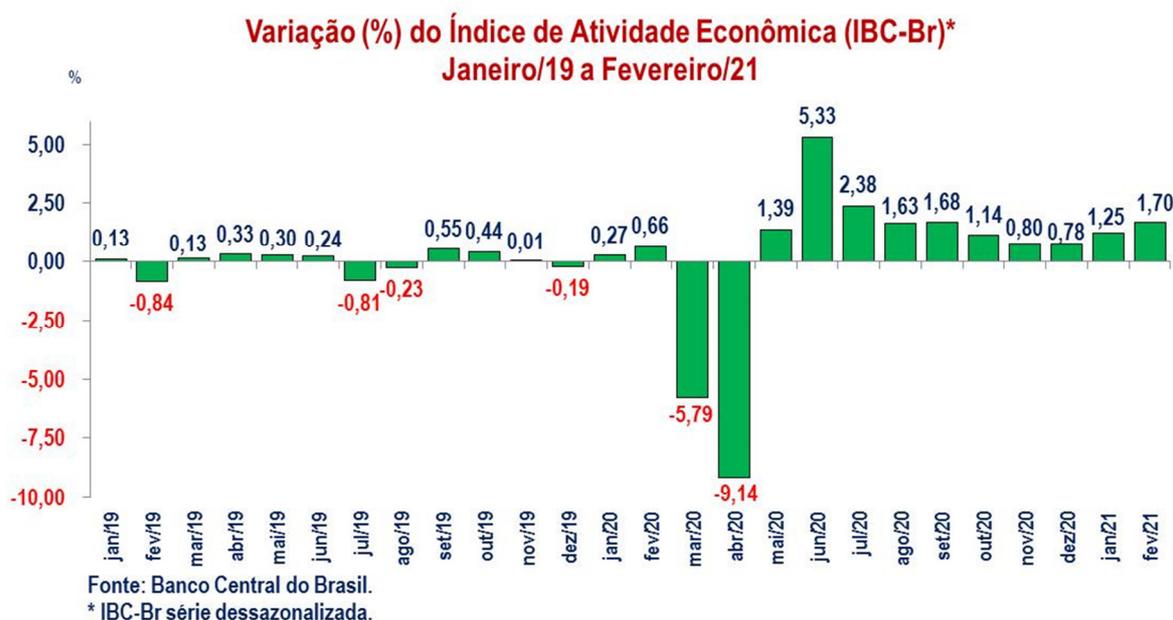
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE)
Evolução da variação % acumulada em 12 meses
Janeiro/20 a Março/21



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

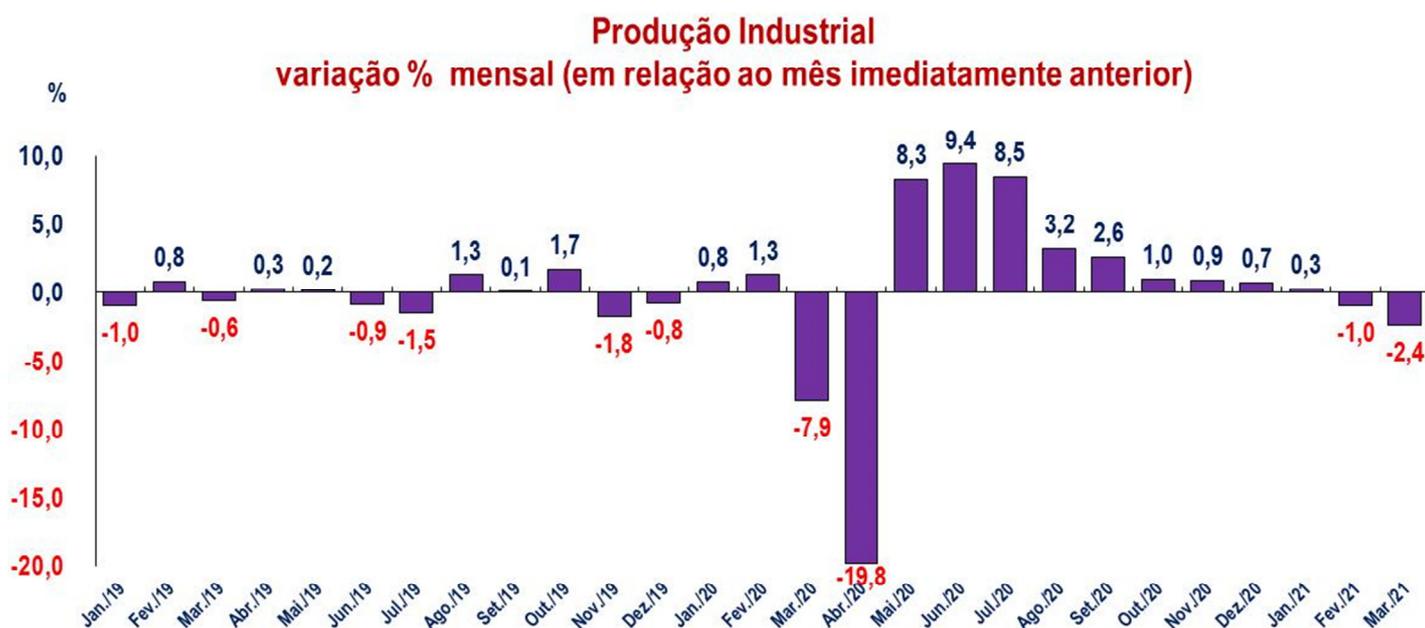
Enquanto as estimativas demonstram inflação mais elevada, as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) perdem intensidade. No início deste ano aguardava-se que a economia nacional apresentaria incremento de 3,41%. Na última divulgação da pesquisa Focus (30/04/21) este número era 3,14%. Assim, a comparação das expectativas realizadas no início do ano, com as atuais, demonstram inflação mais elevada e menor crescimento do PIB.

Alguns indicadores econômicos relativos aos primeiros dois meses do ano apontaram resultados melhores do que os projetados, como o Indicador de Atividade Econômica, divulgado pelo Banco Central, que aumentou 1,70% em fevereiro.



O Comércio Varejista e o Setor de Serviços também exibiram números positivos. Em fevereiro, o volume de vendas do expandiu 0,6% em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal. Já o Setor de Serviços cresceu 3,7% neste mês. Entretanto, em função do avanço da pandemia, a adoção de medidas mais restritivas em várias localidades do País, a vacinação ainda em processo lento, a inflação acelerada e a interrupção nos programas de estímulo contribuíram para a perda de dinamismo da atividade econômica. Os indicadores relativos a março, que já foram divulgados, demonstram isso. Conforme dados do IBGE, a produção industrial retraiu 2,4% no terceiro mês do ano, na comparação com fevereiro, o que representou a segunda queda consecutiva. Em relação a igual mês do ano passado observou-se crescimento de 10,5%. Entretanto, é preciso considerar que foi justamente em março/20 que o Brasil viveu o início da pandemia provocada pelo novo Coronavírus. No acumulado dos primeiros três meses do ano, a indústria apresentou incremento de 4,4% em

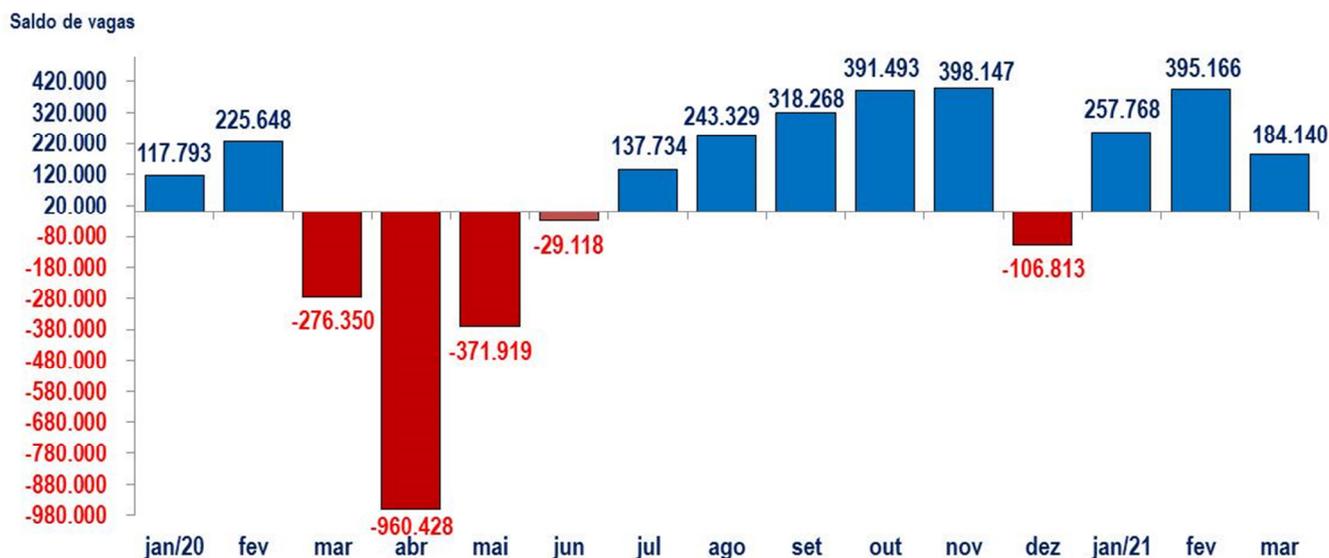
sua produção, enquanto, nos últimos 12 meses encerrados em março/21, observou-se queda de 3,1%.



Fonte: IBGE.
Obs.: Com ajuste sazonal.

A economia brasileira continua enfrentando sérios desafios, diante de um cenário de uma segunda onda da pandemia, ainda mais forte do que a primeira. Neste aspecto, é preciso destacar a fragilidade do mercado de trabalho. A taxa de desocupação no País, no trimestre móvel de dezembro/20 a fevereiro/21, de acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD – Contínua), realizada pelo IBGE, foi de 14,4% e ficou praticamente estável em relação ao trimestre imediatamente anterior (14,1%). Mas a população desocupada atingiu patamar recorde da série histórica iniciada em 2012: 14,4 milhões. No mesmo trimestre de 2020 era de 12,34 milhões. Já o número de pessoas ocupadas foi de 85,9 milhões, o que significa que o País perdeu 7,8 milhões de ocupações na comparação com o mesmo período do ano passado. A PNAD Contínua envolve os resultados do mercado de trabalho formal e informal. Os dados do Novo Caged, divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, e que demonstram o mercado formal de trabalho, revelaram que, em março, apesar do saldo (diferença entre admissões e demissões) ser positivo, ele foi o menor do ano. Assim, enquanto em janeiro o País contabilizou 257.768 novos postos de trabalho e, em fevereiro/21, 395.166, em março esse número perdeu intensidade e foi de 184.140.

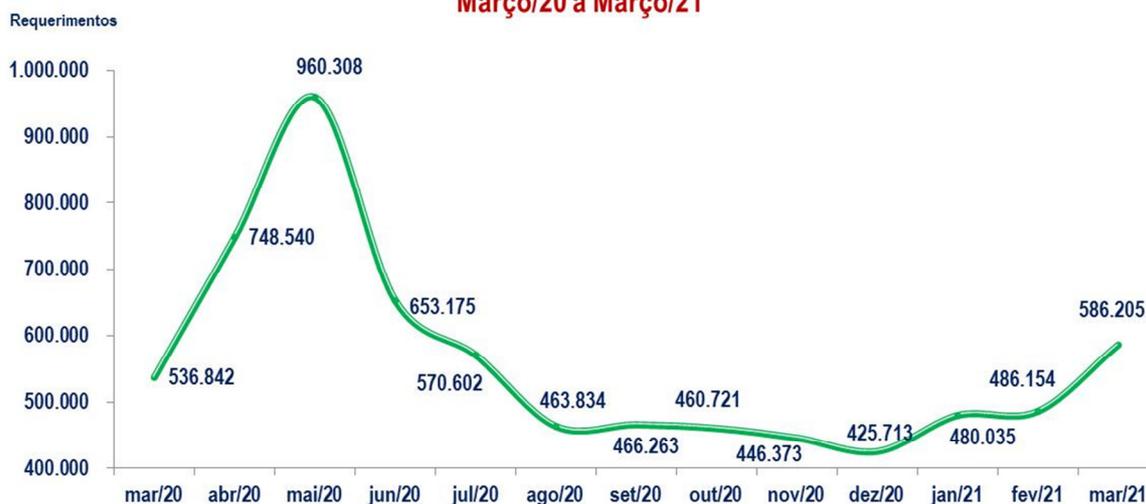
Evolução mensal dos saldos de vagas geradas em Todas as Atividades no Brasil



Fonte: Novo Caged, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/Ministério da Economia.

Por outro lado, o número de requerimentos do seguro desemprego, no terceiro mês do ano, foi 586.205, o maior desde junho/2020.

Evolução do total de requerimentos do Seguro-Desemprego no Brasil - Março/20 a Março/21



Fonte: Novo Caged, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/Ministério da Economia.

É preciso destacar, também, que as Sondagens realizadas com consumidores e com empresários apontam maior preocupação com a economia. Particularmente a Sondagem Nacional da Indústria da Construção, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) aponta redução do nível de atividade do setor e demonstra que os bons resultados apresentados no segundo semestre do ano passado não se mantiveram no primeiro trimestre de 2021.

Desde o último mês de 2020 o nível de atividade da Construção Civil começou a perder intensidade. Em março/21 alcançou 44,9 pontos. Este resultado, além de ser 1,0 ponto inferior ao observado em janeiro, também é menor do que a média histórica para os meses de março (46,4 pontos). É importante ressaltar que o nível de atividade da Construção finalizou o primeiro trimestre 6,50 pontos abaixo do observado em agosto/20, quando o setor começou a fortalecer o seu ritmo, após a queda expressiva observada nos dois primeiros meses da pandemia. Vale lembrar que na Sondagem da Construção números acima de 50 pontos demonstram resultados positivos e números menores do que 50 pontos revelam queda de atividade.

Evolução do Índice de Nível de Atividade* da Construção do Brasil jan/20 a mar/21

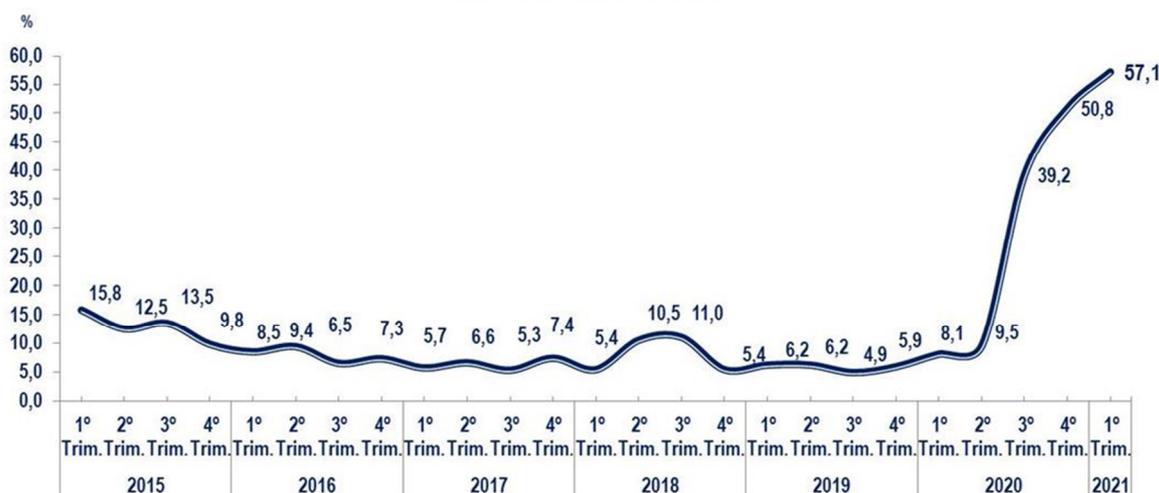


Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI).
* Nível de atividade em relação ao mês anterior.

Pelo segundo trimestre consecutivo, os empresários da Construção Civil apontam que o maior problema que eles enfrentam é a falta ou o alto custo da matéria prima, conforme os resultados da referida Sondagem. No 1º trimestre de 2021 essa dificuldade foi assinalada por 57,1% dos pesquisados. Este percentual é mais do que o dobro do

segundo lugar (elevada carga tributária). A falta de matéria prima e o seu custo alto atingiu, no 1º trimestre/21 o maior patamar de assinalações registradas na pesquisa da Sondagem da Construção realizada pela CNI. Em nenhum outro momento da série histórica, iniciada em 2015, observou-se patamares tão elevados. O referido levantamento também detectou que a medida que a preocupação com os insumos acelera cai o nível de atividade do setor. Em função desses resultados, a CBIC revisou a sua projeção de crescimento para a Construção em 2021. Em janeiro a estimativa apontava que o setor registraria alta de 4% em seu PIB. Entretanto, a falta de previsibilidade na solução do problema de desabastecimento, e do aumento dos preços dos seus insumos, contribuiu para essa estimativa ser alterada para 2,5%.

**Evolução (%) do problema de falta de matéria-prima / alto custo
1º trim./15 ao 1º trim./21**



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Diante de um cenário com sérias preocupações, tanto no campo da saúde pública, quanto no campo econômico, setores estratégicos, como a Construção Civil, precisam ser cada vez mais acionados para contribuir com o incremento de atividades no País e com a maior geração de emprego e renda. Infelizmente, o setor vem registrando redução de atividades e forte elevação de custos. Neste contexto, os aumentos da Selic, previstos para este ano, podem ser mais um elemento de preocupação. É necessário acompanhar como eles refletirão nas taxas de juros dos financiamentos imobiliários. Ressalta-se que em 2020 o baixo patamar de juros contribuiu para o incremento do volume deste tipo de crédito. Quanto menor a taxa, menor será a prestação a ser paga e maior será a abrangência de famílias atendidas. Portanto, os juros baixos no financiamento imobiliário contribuem para o desenvolvimento social do País e também para o melhor desempenho da economia, pois promove o incremento da Construção. O País precisa que este setor continue expandindo suas atividades.

Para conter o avanço dos juros e da inflação e estimular as atividades da economia, o Brasil necessita das reformas estruturais, como a Administrativa e a Tributária. Elas podem trazer de volta a confiança que os investimentos precisam para ser consolidados e podem, ainda, proporcionar um ambiente de negócios mais saudável. O Brasil precisa avançar neste aspecto.